

Sarney, José.

A nova realidade militar

José Sarney

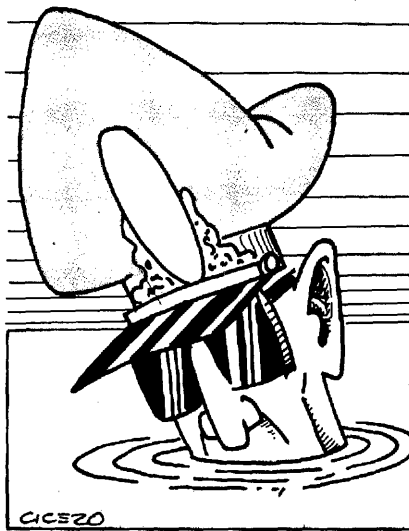
Não há como cometer a hipocrisia de afirmar que o problema militar não é grave. Não se trata de sua participação política, nem de ameaça de mais uma invasão institucional. A verdade é que temos necessidade de redefinir a posição dos militares em relação ao poder político, que é — vamos repetir mais uma vez —, a síntese de todos os poderes.

A raiz do problema não é necessariamente o soldo, embora seja este uma das faces mais dramáticas do caso, mas o espaço que os militares têm que ocupar, afastados da política, porém profissionalizados, sem regalias nem mordomias, mas com respeitabilidade, condições de vida decentes, meios para exercer sua missão, sem discriminação, hostilidade, nem rejeição.

Nenhuma nação moderna vive sem Forças Armadas: "As instituições militares em sua origem são a imagem das nações onde aparecem"; "Forças Armadas são símbolos de soberania, emblemas de progresso técnico e de modernidade da virada do século", afirma Alain Rouquié, que não tem qualquer simpatia pelas armas.

A Constituição brasileira diz no "Art. 142 — As Forças Armadas... destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Ora, a Lei Maior deu a elas uma função fundamental, básica, delicada. A Constituição de 1988 inovou ao retirá-las da obediência unilateral, sem restrição, ao Poder Executivo, conferindo competência aos outros poderes de convocá-las para o



cumprimento da lei e da ordem. Como deixar os militares com soldos de miséria, sem condições de vida digna, sem meios para, dentro de suas unidades, adestrarem-se, prepararem-se e estarem aptos a cumprir sua missão constitucional? E seu status social?

No Brasil não poderia existir um caso Fujimori, que não foi um golpe militar do tipo pronunciamento. No Peru, o Executivo fechou os outros poderes. Aqui, os militares têm a obrigação constitucional de defender os outros poderes e, por iniciativa destes, assegurar a integridade de todos, o ideal republicano. Há limites à disciplina, que não pode ser a indisciplina contra a lei e o caminho da desordem, com a destruição da ordem constitucional.

Também mais grave em termos de presente e futuro é o desestímulo à carreira militar. O tédio dos que estão hoje no serviço militar e a falta

de motivação dos jovens para a carreira das armas, que exige cursos de nível acadêmico, estudos sistemáticos e uma constante atualização, num terreno em que as mudanças tecnológicas alcançam uma dinâmica muito grande. As dificuldades que atravessam são desalentadoras.

Não há como confundir militares e militarismo. O militarismo é uma manifestação sócio-política extramilitar, isto é, um messianismo de classe que se auto-atribui funções de governo e substituição do Estado. O militarismo foi, na América Latina, a praga dos anos 60. Foi uma tendência geral baseada na definição Kennediana dos exércitos do continente. Eles teriam a missão salvadora de evitar a revolução comunista exportada por Cuba. Criou-se a doutrina da segurança interna.

Tudo isso passou. O mundo mudou. São coisas da paleontologia política. Temos agora o desafio de um novo relacionamento, a ser pensado sem preconceitos. Certos setores da sociedade civil têm de acabar com essa visão desatualizada.

A área política deve discutir o equacionamento dessa questão, porque hoje as Forças Armadas são instituições auxiliares do Congresso. Os militares têm um compromisso claro com a democracia. Foram impecáveis na transição. Não há mais campo para bruxarias. O caminho mais rápido de jogá-los na política é pagá-los como miseráveis e incutir-lhes a noção de segregação e inutilidade.

O resto é hipocrisia e demagogia.

■ José Sarney é senador pelo PMDB do Amapá e ex-Presidente da República (1985-90).